

##ATO ATA DA NONAGÉSIMA NONA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

##TEX Às nove horas e vinte minutos do dia dez de dezembro de dois mil e dois deu-se início a Nonagésima Nona Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, na sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, presidida por Cláudio Augusto Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria do Brasil). Estiveram presentes os conselheiros titulares: Maria Izabel da Silva (CUT); Joacir Della Giustina (CNBB); Kênia Augusta Figueiredo (CFESS); José Fernando da Silva (Centro de Cultura Luiz Freire); Rachel Niskier Sanchez (SBP); Normando Batista Santos (ABONG); Vicente de Paula Faleiros (CECRIA); Manoel Messias Moreira da Silva (MNDH); Maria Stela Santos Graciani (PUC- SP); Ivanildo T. Franzosi (Casa Civil da Presidência da Republica); Denise Doneda (MS); Wania Ribeiro Tavares (MPAS). Estiveram também presentes os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: Denise Maria Fonseca Paiva – parcialmente (MJ); Marilda Marfan (MEC); Tânia Mara Eller da Cruz (MP) e Jane Ramos Pereira (MS). Presentes ainda os conselheiros não-governamentais suplentes: Saulo de Castro Bezerra (ABMP); Laura Nazareth de Azevedo Rossetti (Fenapaes); Beatriz Hobold (Pastoral da Criança) e Marcos Colares (OAB).

**I – Abertura dos Trabalhos e Aprovação da Pauta:** - O Presidente fez a abertura dos trabalhos e em seguida submeteu a pauta à plenária, tendo a mesma sido aprovada por todos com alterações pertinentes. Em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos o conselheiro Manoel Messias, fez a leitura do preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e destacou o seu artigo primeiro “**todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade**”. Em seguida o Presidente propôs que a assembléia fosse encerrada às dezesseis horas, para que todos pudessem participar do encerramento do Encontro Nacional de Avaliação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, onde será aprovado pelos participantes do evento documento sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional para Criança e o adolescente – FNCA e do Departamento da Criança e do Adolescente, a ser enviado ao Ministério Público, objetivando assegurar o pagamento dos convênios que estão paralisados na Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça. A proposta foi aprovada por unanimidade.

**II – Aprovação da Ata da Nonagésima Oitava Assembléia Ordinária do CONANDA** – A Ata da Nonagésima Oitava Assembléia Ordinária foi aprovada com correções pertinentes.

**III – Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas** – As Comissões Temáticas se reuniram no final da manhã e início da tarde para tratarem de assuntos referentes às suas áreas de atuação.

**IV – Relato dos Trabalhos de Grupo das Comissões Temáticas e Aprovação do Plano de Ação que terá continuidade em dois mil e três – Consolidado:**

**1 – Comissão de Políticas Públicas** – A conselheira Marilda Marfan fez o relato dos trabalhos abordando os pontos que seguem a) complementação do quadro de ações para o exercício de dois mil e três; b) recebimento de correspondência da Procuradora do Trabalho de Londrina – Paraná, informando os procedimentos legais sobre as providências adotadas em relação ao Projeto Zona Azul, da Escola Profissional e Social do Menor de Londrina – EPESMEL, entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo a formação e preparo para o mercado de trabalho de adolescentes em situação de risco. A Comissão avaliou como positivo o termo de compromisso de ajustamento de conduta enviado pela EPESMEL; c) recebimento de material do Tribunal de Justiça do Paraná sobre adoção, intitulada Brasilzinho. A Secretaria Executiva deverá agradecer,

parabenizar e solicitar cinquenta exemplares para serem distribuídos aos conselheiros; d) Com relação ao documento de Orientações Gerais relativo às crianças e adolescentes indígenas aprovado na última assembleia e enviado à FUNAI para a sua avaliação e anuência, foi informado que a FUNAI não deu nenhum retorno sobre o mesmo. Foi sugerido pela Comissão que o CONANDA assumira a responsabilidade de envio do documento aos órgãos interessados; e) recebimento do Guia de Gestores do Comitê da Primeira Infância, contendo Políticas Intersetoriais em favor da Infância. A Secretaria deverá agradecer e solicitar cinquenta exemplares para o CONANDA; f) recebimento de correspondência do Ministério da Saúde respondendo com detalhamento as informações solicitadas pelo CONANDA sobre a Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense – AEBES, a pedido do Conselho Tutelar do Espírito Santo. A Secretaria Executiva deverá enviar cópia do documento do Ministério da Saúde ao Conselho Tutelar, sugerindo que o mesmo realize ações integradas com os Conselhos Municipais dos Direitos e da Saúde de Vila Velha-ES; g) recebimento de Carta de Ciudad Del Este, contendo os resultados do seminário sobre exploração sexual infanto –juvenil na Triplice Fronteira, realizado pela OIT/IPEC – Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial Infantil na fronteira Brasil/Paraguai/Argentina. A referida carta contendo as recomendações foi encaminhada juntamente com denúncias de exploração sexual apresentada pelo Conselho Tutelar de Foz de Iguaçu – PR. A Secretaria Executiva deverá enviar correspondência ao Comitê local hipotecando apoio às ações cabíveis, com ênfase na participação dos Conselhos de Direitos, das autoridades judiciárias e do Comitê Nacional Permanente de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes;

**2 – Comissão de Orçamento e Finanças/Medidas Socioeducativas** – A conselheira Tânia fez o relato dos trabalhos enfocando os pontos que seguem: a) revisão do Quadro Consolidado das atividades para o exercício de dois mil e três; b) recebimento do Projeto Ciranda dos Direitos II, do Governo do Estado do Ceará/Secretaria do Trabalho e Ação Social. O mesmo não foi analisado tendo em vista o seu envio fora do prazo e a limitação da data para empenho das despesas; c) recebimento de denúncias sobre o grupo de extermínio formado por policiais militares do Estado de São Paulo. O documento foi repassado à Comissão de Articulação/Comunicação por ser de sua competência a análise do mesmo. Por problema de pane nos computadores do CONANDA não foi apresentada a planilha sobre a situação dos convênios a serem pagos com recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente – FNCA. A Secretaria Executiva informou que apenas os convênios do Estado de Rondônia e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Pernambuco ainda não haviam sido empenhados. Os demais encontram-se na Consultoria Jurídica para análise e parecer;

**3 - Comissão Temática de Articulação e Comunicação** - O conselheiro José Fernando fez o relato dos trabalhos da Comissão, tendo sido registrado o que segue; a) recebimento de mensagem eletrônica da Comissão Andina de Jurista, solicitando autorização para fazer link com a Home Page do CONANDA. O pedido foi autorizado, ficando a Secretaria Executiva responsável para comunicar ao interessado; b) recebimento de mensagem eletrônica denunciando rapto de criança. A secretaria Executiva do CONANDA ficou responsável em remeter a matéria para o site [www.cajpe.org.pe/rij/bases/missinghids.org.br](http://www.cajpe.org.pe/rij/bases/missinghids.org.br) para melhor divulgação; c) recebimento de Projeto do ECAPRESS, solicitando apoio financeiro do FNCA. O Conselheiro José Fernando ficou responsável em informar a interessada que o mesmo será analisado no próximo exercício; d) recebimento de mensagem eletrônica de conselheira tutelar de Santarém – PA, informando que teme pela sua segurança. O documento foi respondido, solicitando que o fato seja oficiado ao CEDCA - PA, para conhecimento e possíveis

providências; e) recebimento de mensagem eletrônica solicitando providências relativas ao assassinato de seu filho por um grupo de extermínio. O Conselheiro Manoel Messias ficou responsável à solicitar à Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, informações sobre as providências havidas, com cópia para o pai da vítima; f) recebimento de correspondência do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, que trata do credenciamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente para representar a Sociedade Civil na composição do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, triênio dois mil e três a dois mil e cinco e que acerca de três gestões os conselheiros tutelares participam como eleitores do mesmo processo. O Conselheiro Vicente ficou responsável para elaborar correspondência ao Ministério Público de São Paulo para obter informações sobre a situação; g) solicitar à conselheira Yvonne os documentos da Comissão que se encontram em seu poder, visto que no próximo exercício os representantes governamentais terão nova composição.

**V – Apresentação do Relatório com os Resultados sobre a situação da Criança e do Adolescente Indígena/FUNAI** – Diante da não configuração de novos dados no relatório, a FUNAI solicitou para que o mesmo fosse apresentado no próximo exercício. Aproveitando o horário disponível o Presidente propôs e foi acatado a elaboração do Calendário das Assembléias Ordinárias do CONANDA para o exercício de dois mil e três, bem como o calendário da Quinta Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. As datas ficaram assim estabelecidas: a) até trinta de julho, realização das Conferências Municipais; b) Até trinta de setembro, realização das Conferências Estaduais; c) de vinte e quatro a vinte e oito de novembro, realização da Conferência Nacional. O local será a cidade de Brasília-DF. No segundo dia da assembléia os trabalhos tiveram continuidade com a pauta que segue:

**VI – Resultado da Comissão Especial sobre Trabalho Infantil Doméstico/SEAS** – O Presidente abriu os trabalhos apresentando a Gestora do PETI/SEAS, Senhora Milda de Moraes, que fez a explanação da proposta. Inicialmente a Gestora informou que a Comissão que elaborou a proposta foi composta por representantes da Secretaria de Estado de Assistência Social/SEAS; Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE; Ministério Público do Trabalho; Organização Internacional do Trabalho; UNICEF; Save The Childrem; Fundo das Nações Unidas para a Mulher; Federação das Trabalhadoras Doméstica e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. As Diretrizes para a Política de Combate ao Trabalho Infantil Doméstico tem como eixos centrais: 1) Disponibilização de informações de qualidade sobre o trabalho infantil doméstico para subsidiar a tomada de decisões; 2) Revisão da Legislação nos pontos pertinentes; 3) Concientização e sensibilização da sociedade sobre o problema; 4) Ênfase do trabalho infantil doméstico no sistema de proteção integral; 5) Promoção e fortalecimento da família na implementação de ações de intervenção. Para a Gerente, erradicar o trabalho infantil é inserir as crianças e adolescentes fora do contexto do trabalho e isto pode ser efetivado sob três óticas: desenvolvimento humano, financeiro e social. A Senhora Milda informou que a Comissão debateu questões relevantes como; a) quais mecanismos a serem utilizados para identificar as quinhentas e duas mil crianças e adolescentes inseridas no mercado de trabalho; b) como retornar a crianças e o adolescente à família de origem; c) como deverá ser feito o trabalho com as famílias; d) como será feito o monitoramento para realmente erradicar o trabalho infantil. Complementando as informações o Senhor Renato Mendes, representante da OIT, esclareceu que as discussões em torno do assunto tiveram como parâmetros as recomendações cento e noventa da OIT, que trata sobre o trabalho infantil doméstico e trabalho

forçado e a contextualização das ações desenvolvidas por diversos organismo e instituições entre o período de mil, novecentos e noventa e seis a dois mil e dois. O Sr. Renato informou os resultados da oficina sobre o trabalho infantil doméstico realizada na cidade de Recife, com a participação de representantes das coordenações estaduais e municipais do PETI, ONG's, organismos internacionais, órgãos de controle nacional, do CONANDA e do Fórum Nacional PETI. Os assuntos foram debatidos em três grupos de trabalhos, tendo como resultado: a) inclusão progressiva nas discussões e no atendimento das crianças e adolescentes que trabalham na própria casa substituindo as responsabilidades e funções dos adultos e inadequação da faixa etária de sete a quinze anos para trabalhos na casa de terceiros (inclusive famílias substitutas e ampliada; b) unificar as discussões sobre o trabalho infantil doméstico para todas as regiões, levando em consideração o grau de danos às crianças e adolescentes; c) trabalhar o tema dentro da perspectiva da erradicação do trabalho infantil; d) mudança no manual do PETI, delegando ao Município a discussão do público alvo para além da lista apresentada hoje. No tema monitoramento se recomendou especial atenção para: a) situação de trabalho infantil escolarizado; b) desenvolver outros tipos de monitoramento para crianças e adolescentes que deixem o PETI e são engajados em outros programas; c) estabelecimento de estratégias de comunicação para chegar ao público alvo infanto-juvenil. A plenária da oficina discutiu ainda sobre a atual situação do orçamentário federal com relação a política social e enviou nota ao Congresso Nacional apoiando o pedido do CONANDA para aprovação da emenda no orçamento, objetivando garantir a atenção social das famílias envolvidas em situação de trabalho infantil. Encerrada a apresentação o Presidente abriu o debate onde foram registrados os pontos que seguem: 1) O conselheiro José Fernando sugeriu que os Conselhos Estaduais e Municipais participem mais e que sejam incluídos os Conselhos Tutelares e também que sejam inseridos os dados estatísticos apresentados no Projeto SIPIA; incluir outros órgãos nas negociações para que o IBGE assuma o levantamento de dados sobre o trabalho infantil doméstico e incluir o tema na Campanha da Fraternidade. Com relação as propostas apresentadas o representante da OIT informou que o Ministério do Trabalho e Emprego constituiu um Grupo de Trabalho para tratar do assunto e já tem uma proposta a ser apresentada formalmente e que a Fundação Abrinq também irá trabalhar com os Prefeitos e com os Conselhos Tutelares neste sentido. O representante da OIT acolheu as sugestões apresentadas pelo conselheiro José Fernando; 2) O conselheiro Vicente Faleiros considerou fundamentais os esclarecimentos prestados, visto que a sociedade considera normal encaminhar a criança logo cedo para o trabalho. A outra questão abordada pelo conselheiro é a pesquisa nas escolas. O conselheiro alega que neste caso o questionário deve ser muito bem preparado, caso contrário pode haver complicações. Ressaltou que o trabalho doméstico pode ser acima dos dezesseis anos desde que assegurados todos os direitos trabalhistas. O conselheiro José Fernando solicitou que os dados estatísticos apresentados fossem disponibilizados para o CONANDA e para os Conselhos Estaduais; 3) A conselheira Rachel informou que tem atendido crianças e adolescentes no ambulatório e que há depoimentos de que essas crianças e adolescentes passam o dia cuidando dos irmãos menores e da casa e quando não o fazem apanham de suas mães. Ela questionou como foram definidos os indicadores para o IBGE. A conselheira indagou ainda como surgiu a correlação entre o trabalho infantil doméstico e a violência sexual, considerando o assunto grave. A conselheira ressaltou que se esta afirmativa foi cientificamente comprovada, deve-se incluir o assunto nas falas, nas atividades, nas ações e parcerias dos profissionais que atuam nesta área. A Senhora Milda informou que o assunto está sendo

discutido pelo Grupo de Trabalho Específico do Ministério do Trabalho. Quanto aos indicadores já existem alguns criados pelo PETI, mas a questão deve ser aprofundada, tendo em vista a especificidade da forma de trabalho. Ela ressaltou que no evento realizado na cidade de Belém, foram feitos relatos de situações de crianças que foram abusadas sexualmente quando do exercício das atividades de trabalhadora doméstica, sendo um percentual significativo, comprovado com dados estatísticos; 4) O conselheiro Manoel Messias ressaltou a fragmentação das políticas públicas, nas questões que interferem nas ações específicas de garantia e promoção dos direitos de criança e adolescente, não integrando à outras políticas, havendo uma fragilidade nas diretrizes e estratégias para concretização das ações. Frisou sobre a importância da rede no sistema de políticas públicas, onde está inserida a família. A Senhora Milda ressaltou que qualquer ação de promoção da família tem que ter como eixo norteador a sustentabilidade dessa promoção. Para ela é necessário promover e garantir que as famílias continuem no contexto da melhoria de sua qualidade de vida; 5) A conselheira Maria Stela considerou o trabalho desenvolvido pela Comissão interessante e concordou com o conselheiro Vicente, no que diz respeito à questão da tradição e das crenças das famílias. Para ela, a falta de limite e de norteamo do comportamento está se perdendo no tempo e no espaço, porque há cerceamento dessas discussões; 6) O conselheiro Vicente Faleiros ressaltou que não há necessidade de mudar a lei, mas sim cumpri-la. Para ele não se muda o comportamento só com convencimento, é preciso mudar de atitudes. Ele ressaltou que deve-se agir com coerção para que as famílias não contratem crianças e adolescentes antes da idade legal e que depois dessa idade deve-se exigir carteira assinada por considera-la uma trabalhadora doméstica. O representante do Ministério do Trabalho Dr. José Tadeu, coordenador do Grupo de Trabalho e Legislação Brasileira, informou que deve-se ter muito cuidado neste assunto para que não haja uma ação repressiva e as empregadas domésticas sofrerem represálias. Informou os procedimentos para a questão da fiscalização do trabalho infantil doméstico, ressaltando a necessidade de adequação da lei da empregada doméstica aos princípios da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei das Diretrizes da Educação, criando um capítulo específico para a criança e o adolescente; 7) A conselheira Maria Izabel enfatizou que não se pode perder de vista que o trabalho infantil doméstico faz parte da Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Com relação a fala do conselheiro Messias, ela informou que os assuntos estão inseridos nas diretrizes para a prevenção e erradicação do trabalho infantil como um todo. Quanto aos encaminhamentos, a conselheira informou que foi definido pelo CONANDA deixar para a próxima gestão a continuidade do aprofundamento do debate sobre o trabalho infantil doméstico e do artigo duzentos e quarenta e oito do Estatuto. Propôs que o Conselho indique ao novo governo a reconstituição dessa Comissão, de forma permanente para que a mesma possa fazer o monitoramento da proposta apresentada. Propôs ainda que a composição da Comissão seja aumentada incluindo o MEC, MJ/DCA e Fórum Nacional PETI, sob a coordenação da SEAS. As sugestões apresentadas foram acatadas pela OIT. Neste momento foram entregues pelos expositores os documentos com as propostas apresentadas, solicitando e propondo que o CONANDA ficasse a partir de então responsável pelo encaminhamento do Plano de ação o que foi aprovado pela Plenária. O Presidente solicitou que as propostas fossem inseridas no Plano de Ação para o exercício de dois mil e três. Na oportunidade agradeceu a participação dos visitantes, convidando-os para a posse dos representantes da sociedade civil no CONANDA.

**VII – Apresentação das Minutas de Decreto e Resolução para repasse de recursos fundo a fundo** – Por motivo de saúde do conselheiro

responsável pela elaboração do Decreto e da Resolução para repasse de recursos fundo a fundo, a atividade foi substituída pela apresentação do Relatório do Comitê Especial sobre Abrigos/SEAS. O Gerente do Programa Sentinela do MPAS/SEAS, Antonio José Ângelo Motti cumprimentou a todos e informou que infelizmente o documento será entregue formalmente na primeira assembléia do próximo exercício, pois há necessidade de ajustes. Foi informado ainda que o documento não poderá ser definitivo e que o mesmo deverá ser trabalhado ao longo do processo. O gerente falou sobre a importância do convênio firmado entre o CONANDA/Fundo Nacional e a Associação Nacional de Centros de Pós Graduação em Economia – ANPEC/IPEA, para levantamento nacional sobre abrigos que irá subsidiar a tomada de decisão dos gestores para reordenamento do atendimento de crianças e adolescentes em abrigos. Foi informado que o Comitê está discutindo no momento o conceito de abrigos, tendo em vista as diversas formas de abrigamento. Na oportunidade agradeceu o apoio incondicional do UNICEF no que tange a participação dos integrantes no Comitê. A Senhora Alisson do UNICEF complementou a fala do Gerente informando sobre a construção de instrumentais de monitoramento constante da rede de abrigos e que o UNICEF deve fazer uma pesquisa de referências especiais de abrigamento. O Gerente Motti, também complementou a fala da Senhora Alisson alegando que o foco da pesquisa é o direito à convivência familiar e comunitária. O Presidente abriu o debate onde foram registrados os pontos que seguem: 1) A conselheira Denise Doneda externou sua preocupação com as crianças e o adolescente portadores do vírus HIV, pela questão do preconceito, questionando como vão ser tratados esses casos; 2) A conselheira Laura alertou pela falta de cadastramento de entidades e sugere uma mobilização maior sobre o assunto; 3) A conselheira Maria Stela, falou sobre os desmandos dos abrigos da cidade de São Paulo. Para ela, há necessidade de uma grade de informações, pois não adianta só ter a tipologia, mas sim levar em conta a proteção integral da criança e do adolescente; 4) A conselheira Rachel endossou as palavras dos conselheiros que a antecedeu e demonstrou sua preocupação sobre o que está acontecendo no Rio de Janeiro com relação aos abrigos. O Gerente fez um apelo ao CONANDA para revitalização da Comissão CONANDA/CNAS para debater o assunto. O Presidente do CONANDA sugeriu a inclusão do Fórum Nacional DCA no referido Comitê. **VIII – informes:** 1) O conselheiro Vicente Faleiros informou que representou o CONANDA no Seminário promovido pela OIT sobre Narcotráfico de Drogas, considerando importante a presença do CONANDA no evento. Falou do Plano de Capacitação sobre sistema de garantia de direitos para o próximo exercício, cujas indicações deverão estar indicadas no resultado do seminário que está ocorrendo sobre o tema. Apresentou matéria de sua autoria publicada no Correio Brasiliense sobre a questão da adoção de “**Pedrinho**”, intitulada Pedrinho ou Osvaldo?, alegando que a adoção à brasileira é ilegal e se constitui um crime previsto no artigo duzentos e quarenta e dois do Código Penal. O conselheiro José Fernando propõe que este assunto seja discutido na Comissão de Articulação; 2) A conselheira Maria Stela disse estar preocupada com a centralização da capacitação e considera que deve haver diretrizes, parâmetros, mas não centralizar, caso isto venha acontecer será um equívoco do CONANDA. Deve-se respeitar os princípios de descentralização e regionalização; 3) A conselheira Marilda informou o lançamento do livro sobre o trabalho infantil no Palácio do Planalto, no dia dezoito de dezembro. Na oportunidade fez a entrega do material ao Presidente do Conselho 4) A conselheira Maria Izabel informou a sua participação na Oficina sobre o trabalho infantil doméstico na cidade de Recife-PE; 5) O Presidente informou sobre as negociações das emendas do orçamento no Congresso Nacional; 6) O conselheiro

Vicente disse compartilhar com a preocupação da conselheira Maria Stela, mas afirmou que o Plano de capacitação está sendo construído de baixo para cima e não o contrário. A conselheira Marilda acrescentou que o Plano Nacional de Educação também começou de baixo para cima e teve contribuições importantes, mas endossou as palavras da conselheira Maria Stela. **IX – Homenagem aos ex-conselheiros do CONANDA, Secretários e Ex-Secretários dos Direitos Humanos (titulares e adjuntos) , Diretores e Ex-Diretores do DCA/MJ e demais profissionais que de forma direta ou indireta contribuíram para que o CONANDA cumprisse a sua missão institucional e para o seu fortalecimento enquanto órgão deliberativo e controlador da política de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente** – Dando continuidade aos trabalhos o Presidente falou da homenagem do CONANDA àqueles que firmemente contribuíram para a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente no país e sobre a importância do Estatuto na vida dos que lutam pelos direitos da criança e do adolescente. Os conselheiros Normando e Messias leram mensagens de otimismo aos presentes e em seguida a palavra foi franqueada, onde foram registrados os seguintes depoimentos; 1) A conselheira Denise Doneda afirmou que aprendeu muito no CONANDA, pela forma diferente de organicidade e de gestão. Considerou prazerosa a sua participação no Conselho e acha que as instâncias governamentais devem rever a participação do governo no Conselho; 2) O conselheiro José Fernando alegou que o aprendizado foi a grande lição pra ele. Agradeceu a convivência com os governamentais construída ao longo de quatro anos; 3) O conselheiro Joacir alegou que o CONANDA só começou funcionar quando houve o compartilhamento, principalmente dos sonhos, porque ficou mais fácil superar as dificuldades. Citou uma passagem do evangelho onde fala da humildade de coração e que devemos ser como crianças e se perceber pequeno que precisa dos outros. Para ele a partilha foi a grande vitória do CONANDA; 4) O conselheiro Messias afirmou que a primeira lição no CONANDA foi o desnudar-se e apreender e que a prepotência não constrói e sim desagrega; 5) A conselheira Maria Stela citou uma fala de Dom Luciano, onde ele dizia que os conselhos deveriam ser como um “favo de mel” e deixou a mensagem para que todos construam o favo de mel; 6) A conselheira Denise Paiva enalteceu a importância da ex-conselheira Maria do Rosário na vida do CONANDA e fez uma retrospectiva de sua passagem na área da criança e do adolescente, desde a sua vinda para o Ministério da Justiça através do Programa Paz nas Escolas e no momento como conselheira e Diretora do DCA; 7) A conselheira Maria Izabel agradeceu as pessoas que passaram pelo CONANDA, as que estão saindo e as que estão chegando; 8) O conselheiro Vicente alegou que aprendeu muito e que o CONANDA é um símbolo e um elo do Brasil com as crianças e adolescentes; 9) A conselheira Jane deixou a todos uma mensagem de otimismo; 10) A conselheira Kênia agradeceu a oportunidade e a experiência adquirida; 11) A conselheira Laura disse que foi a conselheira suplente mais titular do CONANDA e que o aprendizado adquirido não é encontrado nas melhores enciclopédias do mundo e que todos que aqui passaram devem sentir-se orgulhosos; 12) A conselheira Marilda agradeceu a todos, alegando que o período foi de grande aprendizagem e enriquecimento. Uma convivência que jamais irá esquecer; 13) O conselheiro Saulo fez uma homenagem aos conselheiros que estão saindo e falou da ousadia da ABMP em unir duas categorias difíceis, porém, hoje frutíferas. Deixou a todos uma mensagem de Santo Agostinho. 14) A conselheira Rachel deixou uma mensagem de Paulo Freire onde diz: “É fundamental que se diminua a distância entre o que se diz e o que se fala, de tal maneira que em determinado momento a tua fala seja a tua prática”. Assim é o CONANDA. Em seguida foram homenageados os

convidados presentes com a entrega de um exemplar do Estatuto da Criança e do Adolescente – Edição Especial Doze anos, “autografado” pelos conselheiros. Os homenageados deixaram seus depoimentos conforme segue: 1) **Fauze Martins Chequer** – Secretário de Estado dos Direitos Humanos – Adjunto – agradeceu a todos alegando a importância em trabalhar com as questões ligadas a criança e o adolescente; 2) **Hugo Melo** - Diretor do Departamento dos Direitos Humanos/MJ- Ressaltou o seu elo com o CONANDA por ter pertencido ao CBIA e ter participado da primeira assembléia do CONANDA. Ressaltou ser muito gratificante poder ver o amadurecimento do CONANDA depois de dez anos; 3) **Raymundo Rabelo de Mesquita** – ex Vice Presidente do CONANDA e conselheiro suplente atualmente – Enalteceu a importância do CONANDA e a sua participação enquanto integrante do Conselho; 4) **Maria Irineide da Costa e Silva Nunes** – Coordenadora da Cooperação com Organismo Internacional/SEDH/MJ/UNESCO – Alegou estar honrada com a homenagem. Na oportunidade fez uma retrospectiva de sua passagem pelo CONANDA, sendo a primeira Secretaria Executiva do Conselho. Ressaltou a importância da aprendizagem porque acompanhou o CONANDA desde os primeiros passos através da co-gestão e disse estar feliz com o crescimento e amadurecimento do Conselho. Elogiou o Ex-Presidente do CONANDA Benedito dos Santos (Bené), a Ex-Presidente Maria do Rosário e o Ex-Vice- Presidente Raymundo Mesquita, pelos relevantes serviços prestados; 5) **Eliana Cristina Taveira Ribeiro Crisostomo** – ex conselheira – Segundo Eliana, as coisas não aconteceram por acaso. Ela também fez uma retrospectiva de sua atuação na área da criança e do adolescente, afirmando acreditar no CONANDA e respeitar a figura do conselheiro. Agradeceu a homenagem afirmando que “ Amigo é coisa pra se guardar”. 6) **Darci Bertoldo** – Ex – Secretário de Estado dos Direitos Humanos – Adjunto – cumprimentou a todos dizendo que se sentia gratificado pela homenagem, primeiro por rever os amigos, depois por voltar a sentir a vibração positiva do Conselho pelos compromissos com os direitos da criança e do adolescente. Falou da generosidade dos conselheiros embora ele como servidor público tinha como missão dar o suporte ao bom funcionamento das políticas públicas; 7) **Marcos Fucks** – Diretor de planejamento da ANDI – Disse estar feliz em participar, pela crença no Conselho; 8) **Manoel Carlos Formigle** - Presidente do FONACRIAD – Agradeceu a homenagem afirmando que a convivência com o CONANDA sempre foi muito gratificante; 9) **Vicente Falqueto** – Coordenador do Fórum Nacional DCA – Agradeceu a homenagem e fez uma breve retrospectiva do trabalho com os egressos feitos pela SEMAC de Belo Horizonte e da sua militância na área dos direitos da criança e do adolescente; 10) **Denise Maria Fonseca Paiva** – Diretora do Departamento dos Direitos da Criança e do Adolescente – MJ – Agradeceu a homenagem e reafirmou a sua luta pelas causas sociais, principalmente na área da infância e adolescência; 11) **Charles Roberto Pranke** – ex – conselheiro e Ex-Vice-Presidente, ressaltou que o período que passou no CONANDA foi de experiência significativa. Fez uma breve retrospectiva salientando as dificuldades do CONANDA junto ao poder executivo e que essas dificuldades embasaram a consolidação do processo de fortalecimento do CONANDA. Encerrando a homenagem o Presidente ressaltou o acordo havido no CONANDA de entendimento entre os seus integrantes para que pudessem arrebanhar outros atores, outros aliados e parceiros, para a implementação do Estatuto. Considerou as pessoas que passaram pelo CONANDA como “quebradoras de pedras”, para abrir e construir caminhos na área dos direitos. Falou das grandes comemorações do Estatuto a cada ano, que culminaram na pauta política dos direitos da criança e do adolescente. Agradeceu aos conselheiros que estão deixando o CONANDA para assumir outras funções

também na área da criança e do adolescente. Normando, Vicente Faleiros, Maria Stela, Kênia, Messias e Joacir. Para o Presidente a área da criança e do adolescente é quem mais forma agentes de cidadania no país e considera privilegiadas as pessoas que participam desse processo. Para ele, o processo de convivência democrática é o único capaz de transformar as mazelas sociais num projeto político que atenda as necessidades daqueles que precisam. As crianças e adolescentes precisam do CONANDA e dos demais órgãos afins, para que tenham suas vidas preservadas e garantidas. O Presidente informou que foram muitos os convidados e que infelizmente não puderam comparecer. Mas uma vez agradeceu a todos os presentes e também à sua Instituição de origem a Fundação Fé e Alegria do Brasil na pessoa do seu Presidente. Encerrando a homenagem a conselheira Maria Izabel cantou acompanhada do seu violão a canção de Maria Betânia “ Brincar de Viver”. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia. E para constar, eu Maria Bernadete Olivo, livremente a ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

##ASS CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA  
##CAR Presidente do CONANDA